



ACÓRDÃO Nº792/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12111/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Armando Silva do Valle (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1697/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Armando Silva do Valle**, Gestor e Ordenador da Despesa da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA), exercício de 2021, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso I e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, em razão das graves infrações às normas legais relacionadas no item de multa.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Armando Silva do Valle**, no valor de **R\$ 13.654,39**, nos termos do art. 54, inciso VI da Lei AM nº 2.423/1996-LOTCE-AM, e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em razão das impropriedades consideradas não sanadas constantes da Notificação nº 070/2022-DICAÍ:
 - 10.2.1. Questionamento 04, item 01: art. 13, §2º da Lei nº 8.429/1992, não encaminhamento das declarações de bens e renda dos servidores ocupantes dos cargos comissionados;
 - 10.2.2. Questionamento 04, item 02: art. 37, inc. II da Constituição



ACÓRDÃO Nº792/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Federal de 1988, não realização de concurso público para provimento de empregos públicos;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar à COSAMA, que no prazo de **90 (noventa) dias**, autue os processos de admissão de empregados públicos contratados no exercício para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Federal de 1988 e da Resolução TCE-AM nº 04/1996;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Armando Silva do Valle**, acerca do julgado.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Maio de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição